



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XII  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**TARCÍSIO AZEVEDO LIMA**

**Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Práticas Corporais: Uma Análise dos TCCs do  
Curso de Educação Física da UNEB/Campus XII**

**GUANAMBI  
2025**

TARCÍSIO AZEVEDO LIMA

**Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Práticas Corporais: Uma Análise dos TCCs  
do Curso de Educação Física da UNEB/Campus XII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade do Estado da Bahia – Departamento de  
Educação Campus XII, como requisito da obtenção do  
título de licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariângela Ribeiro dos Santos

GUANAMBI  
2025

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, saúde e sabedoria concedidas para superar todos os desafios e pela fé que me manteve firme nesta longa jornada acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mariângela Ribeiro dos Santos, pela confiança depositada, pela paciência e pela condução segura e competente. Suas orientações, correções e incentivos foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse com qualidade.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII , e ao Colegiado do Curso de Educação Física, pela oportunidade da formação pública e pelo espaço de construção do conhecimento.

Agradeço de forma muito especial à minha família, meu alicerce. Principalmente à minha mãe, Dilmane, por todo o sacrifício, amor incondicional e por ser minha maior incentivadora, acreditando em mim antes de todos. Esta conquista é nossa. À minha esposa, Erica, minha companheira de vida. Obrigado pela compreensão nas minhas ausências, pela paciência nos momentos de cansaço e por ser o apoio fundamental que me permitiu focar neste objetivo. Sem você ao meu lado, nada disso seria possível. Aos meu Pai Jacinto, minha Irmã Bruna e aos demais familiares, pelo carinho e apoio constantes.

Ao professor Nadson, pelas contribuições valiosas, ensinamentos e pelo incentivo que marcaram minha trajetória acadêmica.

Ao meu amigo e colega Daniel, pela parceria, pelas discussões construtivas, pelo apoio mútuo e por dividir as alegrias e dificuldades desta caminhada.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta história, meu muito obrigado.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Fluxo de Delineamento Metodológico da Pesquisa.	14
Figura 3. Abordagens Metodológicas Predominantes.	30
Figura 4. Eixos Temáticos Priorizados.	31
Figura 5. Públicos-Alvo Investigados.	32
Figura 6. Nível da Política Analisada.	33

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Corpus da Pesquisa - TCCs Analisados (2004-2020).	27
Quadro 2. Síntese das Principais Lacunas e Desafios Identificados nos TCCs.	39

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>BA</b>	Bahia
<b>C.C.I.</b>	Centro de Convivência do Idoso
<b>CEDETER</b>	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
<b>CF/88</b>	Constituição Federal de 1988
<b>CODETER</b>	Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável
<b>C.S.U.</b>	Centro Social Urbano
<b>DEDC</b>	Departamento de Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ID</b>	Identificação
<b>PELC</b>	Programa Esporte e Lazer da Cidade
<b>PSFs</b>	Programas de Saúde da Família
<b>TCCs</b>	Trabalhos de Conclusão de Curso
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
3.1 Fundamentos Históricos e Conceituais das Políticas Públicas .....	16
3.1.1 Políticas Públicas: Uma área de estudo .....	16
3.1.2 Políticas Sociais, Esporte e Lazer .....	17
3.1.3 Políticas Públicas de Lazer e Práticas Corporais no Território de Identidade do Sertão Produtivo .....	20
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>26</b>
4.1.1 Caracterização da Produção Acadêmica.....	28
4.1.2 Abordagens Metodológicas .....	29
4.1.3 Temáticas Centrais e Públicos-Alvo.....	30
4.1.4 Nível da Política Analisada .....	31
4.2. Eixos Temáticos e Focos de Pesquisa .....	32
4.3 Impactos e Desenvolvimento Social: A Realidade das Políticas Públicas na Ótica dos TCCs.....	35
4.3.1 Impactos Positivos Pontuais e o Papel do PELC.....	35
4.3.2 Predominância de Impactos Negativos e Críticas à Ausência de Políticas.....	36
4.4 Lacunas e Desafios apontados pela Produção Discente .....	37
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a produção de conhecimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII sobre políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais. Buscou-se identificar as temáticas priorizadas, as contribuições acadêmicas e as lacunas apontadas por essa produção discente. Metodologicamente, trata-se de uma revisão de literatura sistemática, tendo como corpus 11 TCCs produzidos entre 2004 e 2021 que atenderam aos critérios de inclusão. Os dados foram examinados através da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que a produção discente, embora descontínua, é predominantemente crítica e focada na esfera municipal, analisando a realidade de diversos municípios do Sertão Produtivo e adjacências. As temáticas centrais foram o Lazer e o Esporte, com destaque recente para a análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). A principal contribuição dos TCCs analisados é o mapeamento de um conjunto de lacunas estruturais e recorrentes na gestão pública regional, tais como: a ausência de planejamento e continuidade (com ações pontuais e desarticuladas), a precariedade crônica da infraestrutura e dos materiais, as falhas de gestão (incluindo clientelismo e falta de qualificação técnica), o foco excessivo no esporte de rendimento em detrimento da inclusão, e a carência de democratização no acesso, especialmente para mulheres e a população rural. Conclui-se que a produção acadêmica do curso funciona como um importante e necessário diagnóstico da precarização e da dificuldade de efetivação do esporte e lazer como direitos sociais no território.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Esporte. Lazer. Produção de Conhecimento. Educação Física.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the knowledge production of Final Course Papers (TCCs) from the Physical Education program at UNEB/Campus XII regarding public policies for sport, leisure, and bodily practices. It sought to identify the prioritized themes, academic contributions, and gaps pointed out by this student production. Methodologically, this is a systematic literature review, using a corpus of 11 TCCs produced between 2004 and 2021 that met the inclusion criteria. The data were examined through Content Analysis. The results indicate that the student production, although discontinuous, is predominantly critical and focused on the municipal sphere, analyzing the reality of several municipalities in the 'Sertão Produtivo' region and surrounding areas. The central themes were Leisure and Sport, with recent emphasis on the analysis of the Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) [City Sport and Leisure Program]. The main contribution of the analyzed TCCs is the mapping of a set of structural and recurrent gaps in regional public management, such as: the absence of planning and continuity (with specific and disjointed actions), the chronic precariousness of infrastructure and materials, management failures (including clientelism and lack of technical qualification), the excessive focus on performance sports to the detriment of inclusion, and the lack of democratization of access, especially for women and the rural population. It is concluded that the academic production of the course functions as an important and necessary diagnosis of the precariousness and the difficulty in establishing sport and leisure as social rights in the territory.

**Keywords:** Public Policies. Sport. Leisure. Knowledge Production. Physical Education.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto campo de conhecimento acadêmico, tem passado por um intenso processo de consolidação e diversificação. Conforme apontam Manoel e Carvalho (2011), a produção de conhecimento na área pode ser alocada em três grandes subáreas: a biodinâmica, a pedagógica e a sociocultural.

Esta pesquisa situa-se nesta última, a qual se caracteriza pela abordagem mais vinculada às áreas da sociologia, da antropologia, da história e da filosofia (Manoel; Carvalho, 2011, p. 12), e volta seu olhar para a forma como o esporte, o lazer e as práticas corporais se entrelaçam com a sociedade e, especificamente, com as políticas públicas.

No cenário nacional, a produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte e lazer tem se expandido, refletindo a consolidação desses temas como pauta de debate acadêmico e social, especialmente após a Constituição Federal de 1988 (CF/88) elevar o esporte e o lazer à condição de direitos sociais (Athayde *et al.*, 2016).

Dentro desse contexto, o ato de investigar a própria produção científica é fundamental. Como destaca Bracht *et al.* (2011, p. 12), a prática de mapear e avaliar a produção de conhecimento na área da Educação Física vai aos poucos se tornando recorrente, sendo este um processo que demonstra a maturidade do campo e ajuda a identificar suas tendências, seus referenciais teóricos e suas lacunas.

Seguindo essa perspectiva, esta pesquisa define como seu objeto de estudo os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) que versam sobre políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais, produzidos no âmbito do Departamento de Educação (DEDC), Campus XII, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Estamos, portanto, realizando um mapeamento da produção de conhecimento local, gerada no nosso próprio departamento.

A escolha pelo TCC como fonte documental se justifica por seu valor enquanto espaço legítimo de produção de conhecimento. O TCC representa um momento ímpar na formação acadêmica, no qual o discente é instigado a lançar um olhar investigativo sobre a realidade que o cerca, mobilizando o arcabouço teórico-metodológico construído ao longo da graduação. Dessa forma, os TCCs constituem um rico *corpus* documental que reflete não apenas as linhas de pesquisa e os interesses dos docentes e discentes, mas também as demandas e os problemas sociais pulsantes no território de atuação da universidade.

Este território, aliás, é o contexto que molda esta produção. O curso de Licenciatura em Educação Física do DEDC - Campus XII, em Guanambi-BA, cumpre um papel social fundamental há mais de duas décadas. Implantado em 1999 (completando 26 anos em 2025) para atender a uma demanda regional por profissionais qualificados, o curso está inserido no interior da Bahia, especificamente no Território de Identidade do Sertão Produtivo.

Este Território, composto por 20 municípios, é uma área rica em expressões culturais, históricas e sociais, mas que enfrenta desafios estruturais na oferta de políticas públicas para o lazer e as práticas corporais (Santana, 2024, p. 3).

A descontinuidade administrativa, a escassez de investimentos e a concentração de recursos em determinadas localidades são barreiras que dificultam a universalização desses serviços (Santana *et al.*, 2024; Rocha, 2012). Tal cenário, onde “a acessibilidade a espaços de lazer frequentemente se restringe a áreas centrais, negligenciando a periferia” (Rocha; Nunes, 2013), evidencia a necessidade premente de políticas públicas mais equitativas (Falcão; Saraiva, 2007).

É nesse contexto que a produção de conhecimento local ganha relevância. Analisar como os TCCs do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII abordaram essa realidade nos permite compreender as tendências da pesquisa, as contribuições já consolidadas e as lacunas existentes no conhecimento produzido sobre o tema.

Diante do exposto, a questão central que norteia esta pesquisa é: Como os TCCs do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII abordam as políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais?

Para tanto, o objetivo geral é analisar como os TCCs do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII abordam as políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais, identificando as principais temáticas, contribuições acadêmicas e possíveis lacunas no conhecimento produzido.

Para alcançar este objetivo geral, a pesquisa se propõe aos seguintes objetivos específicos: a) Identificar quais são as temáticas que estão sendo priorizadas nas produções discentes sobre políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais. b) Identificar os impactos das políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais descritos nos TCCs. c) Analisar de que forma os TCCs discutem o impacto das políticas públicas de lazer e das práticas corporais no desenvolvimento social e cultural. d) Identificar as lacunas das produções sobre políticas públicas de lazer e práticas corporais nos TCCs.

Espera-se, com isso, oferecer uma contribuição relevante para a área da Educação Física, ao sistematizar o conhecimento produzido em um contexto específico e fornecer subsídios para futuras investigações e ações voltadas ao desenvolvimento social e à garantia de direitos no Território de Identidade do Sertão Produtivo.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão de literatura sistemática, abordagem metodológica que permite mapear e sintetizar o conhecimento existente sobre um determinado tema de forma rigorosa e transparente. Conforme Sampaio e Mancini (2007, p. 83), "a revisão sistemática da literatura é um método que busca reunir todos os estudos relevantes sobre uma questão específica, usando métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar, avaliar criticamente e sintetizar os estudos incluídos".

O objetivo, neste estudo, é analisar a produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte, lazer e práticas corporais, expressa nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que se mostra eminentemente adequada para a natureza do objeto de estudo (TCCs). Diferente da abordagem quantitativa, que se centra na representatividade numérica, a pesquisa qualitativa, segundo Gil (2002, p. 109), foca no “aprofundamento da compreensão de um fenômeno social”, valorizando o processo de conhecimento e a singularidade dos fenômenos.

Essa perspectiva permite não apenas identificar o que foi pesquisado nos TCCs, mas também como esses temas foram abordados e que sentidos foram construídos pelos autores, explorando as nuances e as complexidades dos discursos e das interpretações presentes nos trabalhos acadêmicos.

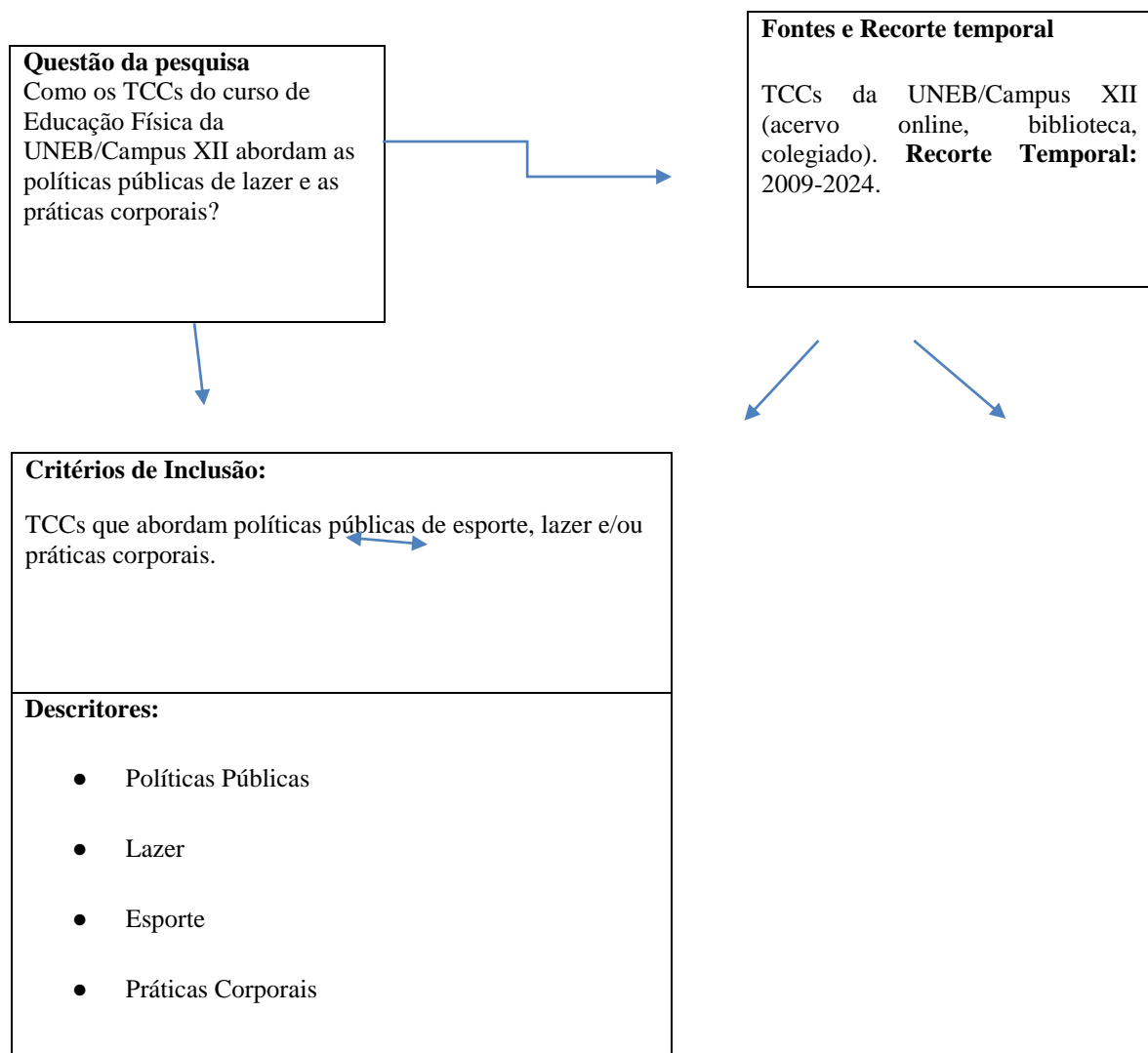
A coleta de dados teve como foco os Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII. O levantamento do *corpus* de TCCs foi realizado em diversas fontes, incluindo o acervo online da Biblioteca Universitária Prof. Dilma Gumes Fernandes Santos e os arquivos físicos e digitais disponíveis no Colegiado e na coordenação do curso.

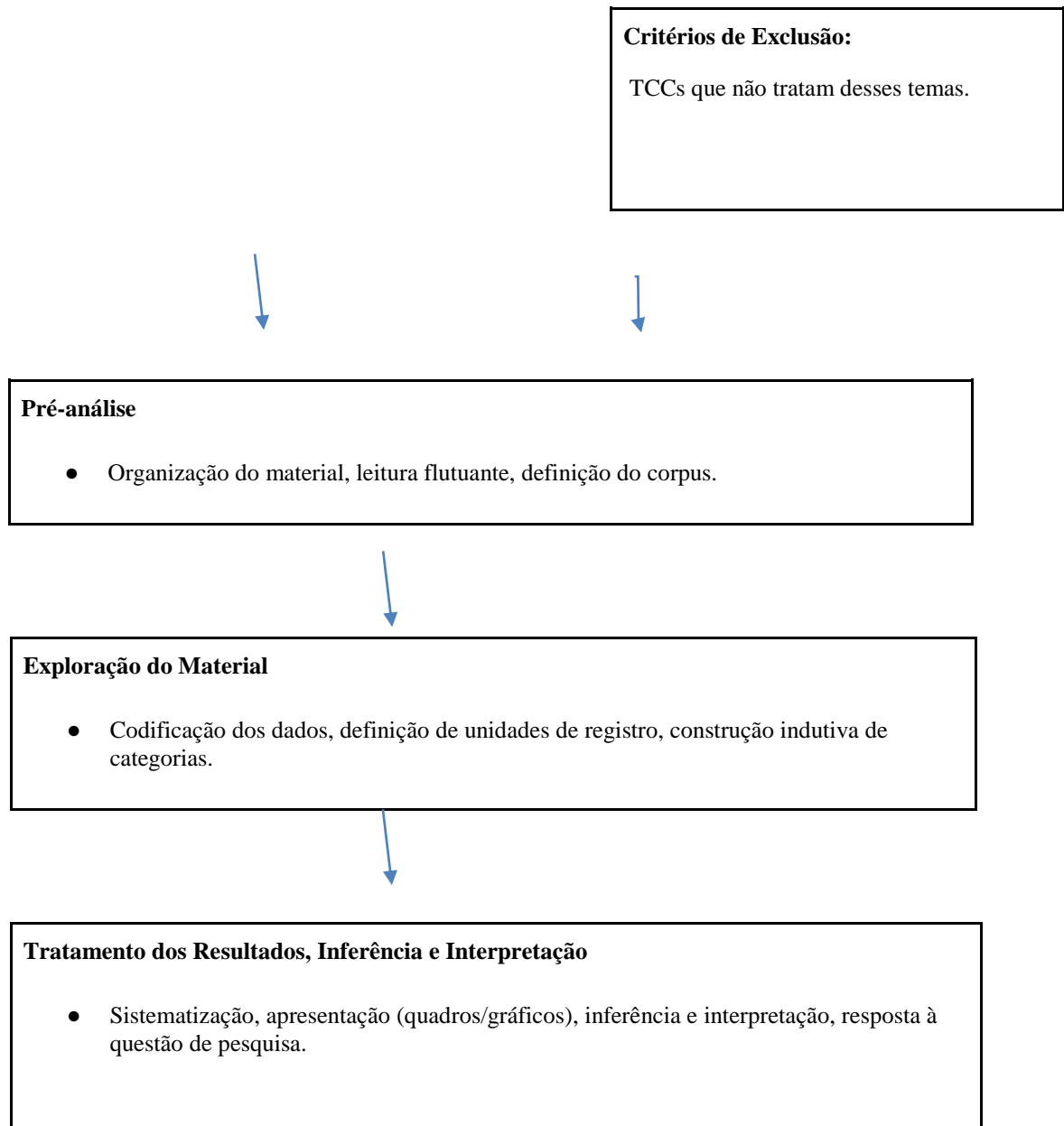
O recorte temporal da pesquisa delimita-se ao período de 2003 a 2024, escolha justificada pela necessidade de cobrir a integralidade dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), visto que a obrigatoriedade da elaboração dos TCCs foi estabelecida somente a partir de 2003, permitindo, assim, uma análise completa e sistemática da produção acadêmica do curso.

Para a identificação dos TCCs relevantes, foram utilizados descritores como “Políticas Públicas”, “Esporte”, “Lazer”, “Práticas Corporais” e “Educação Física”, aplicados aos títulos, resumos e palavras-chave.

Os critérios de seleção foram: (inclusão) todos os TCCs que, em seus títulos, resumos ou palavras-chave, abordam as temáticas de políticas públicas de esporte, lazer e/ou práticas corporais; e (exclusão) os trabalhos que não tratam diretamente desses temas. É importante ressaltar que o processo de coleta enfrentou desafios, como a indisponibilidade e inconsistências de alguns arquivos no ambiente virtual, o que demandou uma busca ampliada e multifacetada.

**Figura 1.** Fluxo de Delineamento Metodológico da Pesquisa.





Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo. Embora a fase de coleta dos TCCs se assemelhe a uma análise documental, a análise do material selecionado utilizou a Análise de Conteúdo.

Conforme distinguem Junior *et al.* (2021, p. 36) o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, enquanto o da análise de conteúdo é a manipulação da mensagem para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade.

Esta análise seguiu as três fases principais propostas por Bardin (2016): Pré-análise, Exploração do Material, e Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação.

A Pré-análise é a fase de organização e preparação do material. Após a definição do *corpus* da pesquisa (os 11 TCCs selecionados), foi realizada uma leitura flutuante que permitiu uma familiarização com o conteúdo, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores que guiarão as fases seguintes.

Na Exploração do Material, o material foi tratado, codificado e categorizado. As unidades de registro (temas, palavras-chave, conceitos) foram definidas para permitir a classificação dos dados. As categorias de análise foram construídas de forma indutiva, emergindo da própria leitura dos TCCs, o que permitiu identificar os núcleos de sentido presentes no conteúdo.

A fase final, de Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação, consistiu na sistematização dos dados brutos e na interpretação. Como salienta Bardin (2016, p. 131), “a inferência corresponde a uma passagem do particular ao geral, do descritivo ao teórico, do fenômeno ao essencial”.

Desta forma, os dados codificados e categorizados foram apresentados em quadros e gráficos, permitindo realizar inferências sobre as tendências da produção acadêmica, culminando na interpretação que confrontou os achados com o referencial teórico, respondendo, assim, à questão de pesquisa.

É interessante ressaltar, em nome da transparência e honestidade acadêmica que a elaboração deste trabalho contou com o auxílio de uma ferramenta de Inteligência Artificial (Gemini, Google) como assistente. Esta ferramenta foi utilizada para aprimorar a redação, organizar a estrutura do texto, sistematizar dados (conforme apresentado nos quadros e gráficos) e auxiliar na busca e formatação de referências.

No entanto, reitera-se que todo o processo foi pautado por supervisão humana rigorosa sendo o autor deste TCC o responsável final por todo o conteúdo, pelas análises críticas e pelas decisões metodológicas aqui apresentadas.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Fundamentos Históricos e Conceituais das Políticas Públicas**

##### **3.1.1 Políticas Públicas: Uma área de estudo**

Os estudos sobre políticas públicas, enquanto campo de conhecimento específico, emergem e se consolidam globalmente em diferentes períodos e com distintas abordagens. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento dessa área ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, dentro da subárea da Ciência Política (Policy Sciences), priorizando a análise da ação dos governos, rompendo com as tradicionais análises do funcionamento das instituições específicas (Pereira, 2008). Essa vertente norte-americana se destacou por sua orientação pragmática, voltada à solução de problemas governamentais e ao uso do conhecimento científico para aprimorar a gestão pública, embora com uma forte influência do positivismo (Schmidt, 2018).

Já na Europa, a partir da década de 1970, os estudos ganharam contornos distintos, com foco em elaborações teóricas sobre o papel do Estado e dos governos, afastando-se das influências positivistas e tecnocráticas presentes no contexto norte-americano (Athayde *et al.*, 2022). Essa diferenciação inicial reflete as distintas tradições acadêmicas e políticas entre os continentes, influenciando a forma como a ação estatal seria investigada e conceituada. Essa distinção inicial demonstra as diferentes tradições acadêmicas e políticas entre os continentes, impactando a forma como a ação estatal é analisada e conceituada.

No Brasil, a temática das políticas públicas ganhou destaque na década de 1980, impulsionada pelo processo de redemocratização do país. Contudo, foi a partir dos anos 2000 que o conceito de política pública observou sua proeminência, sendo amplamente incorporado ao vocabulário de documentos oficiais, discursos governamentais e debates nas ciências sociais (Athayde *et al.*, 2022).

Essa popularização do termo, no entanto, veio acompanhada por uma falta de rigor e polissemia, o que demanda um cuidado na conceituação, uma vez que, por trás de cada definição, existem ideologias, valores e perspectivas teóricas que podem ser concorrentes ou antagônicas (Athayde *et al.*, 2022).

A emergência dessa área no Brasil também se deu em um contexto de reformas liberais do Estado nas décadas de 1980 e 1990, o que influenciou as abordagens e a visibilidade das políticas (Athayde *et al.*, 2022).

Segundo, Souza (2006) destaca que o ressurgimento da importância das políticas públicas no campo do conhecimento, nas últimas décadas, foi impulsionado pela adoção de políticas restritivas de gasto e por novas visões sobre o papel dos governos, que substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por abordagens mais contencionistas. Além disso, a dificuldade em formar coalizões políticas eficazes em países de democracia recente, como o Brasil, também contribuiu para a maior visibilidade da área de políticas públicas, uma vez que as respostas a esses desafios não são fáceis nem consensuais.

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser compreendidas como as ações do Estado ou as escolhas que este realiza sobre agir ou não diante de um problema político (Schmidt, 2018). Elas resultam de decisões políticas que expressam relações de poder e disputas entre diferentes grupos sociais, o que implica que a política pública não é neutra; ela é sempre fruto de uma correlação de forças e interesses, refletindo a dinâmica social de cada período histórico.

Como enfatiza Pereira (2009), a política pública, em sua configuração mais recente e restrita, engloba a política social, sendo esta uma espécie do gênero política pública. A discussão sobre políticas públicas também contempla a "não-ação" governamental como uma forma de política, ou seja, quando o governo opta deliberadamente por não intervir em determinada questão (Schmidt, 2018).

Essa perspectiva amplia o escopo de análise, permitindo investigar não apenas o que é feito, mas também o que é omitido e os impactos dessas omissões na sociedade. A complexidade do campo exige uma abordagem multidisciplinar, reunindo contribuições da sociologia, ciência política e economia para explicar a natureza e os processos das políticas públicas. Assim, a formulação de políticas públicas nos regimes democráticos busca traduzir propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que promovam resultados concretos na realidade social (Souza, 2006).

### **3.1.2 Políticas Sociais, Esporte e Lazer**

Conforme abordado no subtítulo anterior, as políticas públicas representam as ações e escolhas do Estado diante de problemas de interesse coletivo. Nesse contexto, as

políticas sociais ocupam um papel central, sendo concebidas como respostas do Estado à questão social (Athayde *et al.*, 2022). Para Souza (2006, p. 25):

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

Para Behring e Boschetti (2011), o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas e as relações entre suas diversas manifestações e dimensões, situando-as na história e na configuração da questão social. Elas emergem da confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

A questão social, em sua essência, representa o conjunto de expressões das desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista, manifestando-se como pobreza, desemprego, acesso limitado a direitos e bens essenciais. As políticas sociais, nesse contexto, surgem como uma forma de o Estado gerenciar essas tensões e contradições, muitas vezes agindo para mitigar os efeitos mais perversos do capital, mas também, em certas instâncias, servindo à sua reprodução (Behring; Boschetti, 2011).

De acordo com Pereira (2009) complementa que as políticas sociais são linhas de ação coletiva que concretizam direitos sociais declarados e garantidos em lei, sendo o meio pelo qual bens e serviços sociais são distribuídos ou redistribuídos em resposta às demandas da sociedade.

Desse modo, a política social é um segmento historicamente construído das políticas públicas, essencial para a concretização da cidadania, pois seu objeto são os direitos sociais (Amaral; Pereira, 2009). Essa concretização, no entanto, não é um processo linear ou garantido, estando sempre sujeita a disputas e à correlação de forças políticas.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) representou um marco significativo ao incorporar a pluralidade cultural e riqueza histórica do país em uma República Federativa, ampliando o papel do Estado na garantia de direitos sociais (Athayde *et al.*, 2022).

Essa Carta Magna, na intenção de resgatar direitos negados e negligenciados durante o período ditatorial, elencou um rol de direitos individuais e coletivos, entre os

quais se encontra o direito à prática esportiva, consignado no artigo 217 (Athayde *et al.*, 2016).

A inclusão do esporte como direito constitucional, portanto, o eleva à categoria de responsabilidade estatal, posicionando-o no âmbito das políticas sociais (Rocha, 2012). Essa previsão legal, contudo, não assegura automaticamente sua efetivação, exigindo a materialização de ações e investimentos por parte do poder público. Embora os direitos relacionados ao esporte e lazer encontrem respaldo na CF/88, a materialização desses direitos na agenda de governo, por meio de alocação de recursos orçamentários, revela os limites para a consolidação do esporte e do lazer como direito social (Pintos *et al.*, 2017).

Ainda que o esporte seja reconhecido como direito, sua efetivação enfrenta desafios, pois, historicamente, o esporte e o lazer, enquanto direitos sociais, são frequentemente vistos como menos urgentes em comparação a outros setores prioritários como trabalho e saúde (Rocha, 2012). Essa perspectiva é reforçada pela tendência de o esporte estar sujeito à mercantilização e espetacularização, que o aprisionam aos interesses da indústria e à lógica da acumulação capitalista (Athayde *et al.*, 2016).

Segundo Falcão e Saraiva (2007), a inclusão das atividades corporais na lógica de mercado as transforma em um mero produto de consumo, desviando-as de sua capacidade de fomentar a cidadania e a qualidade de vida. Bracht e Almeida (2003) criticam que a política de esporte escolar no Brasil, por vezes, pseudo-valoriza a Educação Física, submetendo-a à lógica do esporte de rendimento em detrimento de seus potenciais educativos e sociais mais amplos.

Bracht (2005 p. 10) aprofunda essa questão ao afirmar que o esporte de alto rendimento ainda fornece o modelo para o esporte escolar, mesmo que o esporte como lazer possua outros códigos e sentidos. Para o autor, o esporte de alto rendimento, ou espetáculo, ‘tende [...] a assumir [...] as características dos empreendimentos do setor produtivo ou de prestação de serviços capitalistas, ou seja, empreendimentos com fins lucrativos, com proprietários e vendedores de força de trabalho, submetidos às leis do mercado’. Essa realidade complexa evidencia que a mera previsão legal não basta para assegurar o acesso universal e democrático ao esporte e ao lazer.

A Constituição de 1988 e a subsequente Nova Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) reforçam a necessidade de políticas públicas universais para o esporte, que garantam o acesso a toda a produção cultural da humanidade, priorizando o esporte educacional e de participação em detrimento do alto rendimento (Santana, 2024). Essa diretriz legal busca reverter uma tendência histórica de priorização do esporte de alta

performance, muitas vezes em desfavor da base e do acesso massificado. A luta pela existência de políticas públicas de esportes e lazer com acesso universal a toda produção cultural da humanidade se apresenta como uma importante bandeira democrática (Athayde *et al.*, 2016).

No entanto, a produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil ainda aponta para uma demanda por pesquisas que abordem as arenas políticas, os atores públicos ou privados, as demandas internas ou externas ao sistema e a avaliação quantitativa, demonstrando que há um caminho a percorrer na consolidação e na análise dessas políticas (Amaral *et al.*, 2014). O desafio, portanto, reside em transformar a previsão legal em realidade social, superando as barreiras impostas pela lógica do mercado e pela falta de prioridade política, para que o esporte e o lazer se concretizem como direitos de cidadania para todos.

### **3.1.3 Políticas Públicas de Lazer e Práticas Corporais no Território de Identidade do Sertão Produtivo**

A compreensão das políticas públicas, sejam elas gerais ou sociais, exige que se considere o contexto territorial em que se inserem, dada a diversidade e as particularidades regionais do Brasil. Trata-se de uma pesquisa que analisa o Estado da Bahia, especificamente um (01) dos vinte e quatro (24) Territórios de Identidade, desde 2010. Foca-se, assim, no Território Sertão Produtivo, localizado na região Sudoeste do Estado com base em dados coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações obtidas nos sites oficiais dos municípios do território, além de alguns portais do Governo do Estado.

O Território de Identidade do Sertão Produtivo, na Bahia, é uma das regiões administrativas do estado, composta por 20 municípios, incluindo cidades como Guanambi, Caetité, Brumado e Livramento de Nossa Senhora. Esta região é marcada por fortes expressões culturais, históricas e sociais, mas também por desafios estruturais relacionados à oferta de políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao lazer e às práticas corporais. Mesmo com o avanço de programas nacionais e estaduais, muitas dessas políticas sofrem com a descontinuidade administrativa e a escassez de investimentos. Isso torna ainda mais relevante a análise da produção acadêmica voltada a essa temática na região.

A criação e a legitimação dos Territórios de Identidade na Bahia, a partir de 2007, representaram um esforço de reorganização político-administrativa do Estado, com o propósito de propor um novo modelo de gestão das políticas públicas, visando ao desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões (Rocha, 2012). Essa abordagem reconhece o território não apenas como um espaço geográfico, mas como um lócus multidimensional, caracterizado por aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, políticos e institucionais, com uma população que compartilha elementos de identidade e coesão social (Santana, 2024).

O Território de Identidade do Sertão Produtivo, inserido nesse contexto, apresenta um perfil socioeconômico e demográfico com particularidades que moldam a demanda e a oferta de políticas públicas. A região, por exemplo, destaca-se pela produção de minérios, mas também possui uma forte vocação agrícola e pecuária, com uma parcela considerável da população residindo em áreas rurais (Santana, 2024). Essas características influenciam diretamente a urgência e a natureza das políticas sociais necessárias, incluindo as de lazer e práticas corporais.

A integração do esporte e do lazer nas políticas públicas municipais de um território específico, como o Sertão Produtivo, reflete a materialização do direito à prática esportiva, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 (Santana, 2024).

No entanto, a efetivação desses direitos é um desafio, especialmente em regiões do interior, onde as realidades sociais distintas dos diversos municípios influenciam diretamente a oferta e a continuidade das políticas públicas voltadas ao lazer e à atividade física. Estudos como os de Santana (2024) e Santana *et al.* (2024) têm se dedicado a investigar a agenda das políticas públicas municipais de esporte neste território, revelando as particularidades e os desafios de sua implementação.

Essas análises, que apontam para a falta de organização e definição na agenda administrativa no tocante às políticas públicas de esporte no contexto investigado (Santana *et al.*, 2024), reforçam a necessidade de compreender como as políticas de esporte e lazer se desenvolvem e se materializam em contextos regionais específicos, considerando as dinâmicas locais e as iniquidades existentes. A ausência de um planejamento estratégico claro e a descontinuidade administrativa em muitos municípios impedem a consolidação de ações duradouras, limitando a capacidade de resposta às demandas da população (Rocha, 2012).

A investigação e análise das práticas corporais transcendem a limitação ao âmbito esportivo, permitindo uma compreensão mais abrangente das diversas manifestações do

movimento humano. A Educação Física, como campo de estudo, volta-se para a totalidade do movimento e suas implicações, não se restringindo apenas ao esporte formal.

Nesse sentido, a relevância de se pesquisar e aprofundar as práticas corporais reside na sua capacidade de englobar uma vasta gama de atividades que se manifestam em diferentes contextos sociais e culturais, especialmente no lazer, e na sua centralidade para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. É fundamental destacar que a escolha pelo termo “práticas corporais” é intencional, pois o conceito abarca o “sentido de construção cultural e linguagem presentes nas diferentes formas de expressão corporal”, distinguindo-se da atividade física, que se mostra reducionista em sua perspectiva etimológica e conceitual (Silva; Damiani, 2005, p. 24).

Historicamente, o corpo e as práticas corporais passaram por um processo de (re)descoberta, manipulação e mitificação ao longo do século XX, gerando contradições e ambiguidades no seu tratamento (Silva; Damiani, 2005, p. 17). Atualmente, observa-se uma ampliação do interesse pelas práticas corporais, o que denota um reconhecimento de sua importância. Essa crescente demanda social impulsiona um vasto mercado de práticas corporais, que, assim como outros fenômenos culturais, está submetido ao processo de mercadorização, resultando em novas determinações que precisam ser compreendidas (Silva; Damiani, 2005).

Em uma sociedade consumista, a lógica instrumental e a busca incessante por performance permeiam as práticas corporais, inclusive aquelas voltadas para o lazer. A mídia, por exemplo, exerce um impacto significativo, difundindo modelos e estereótipos de beleza que transformam o exercitar-se em uma obrigação, descaracterizando sua condição de gratuidade e prazer (Silva; Damiani, 2005).

Consequentemente, muitas políticas públicas de esporte e lazer, mesmo as não privatistas, acabam por adotar uma concepção funcionalista, focada no adestramento e na repetição de movimentos, promovendo uma visão instrumental do corpo (Silva; Damiani, 2005).

Programas sociais de promoção da saúde que utilizam o exercício físico como eixo central frequentemente se baseiam em referências anátomo-fisiológicas, o que se mostra “insuficiente para atingir os objetivos aos quais se propõe” e indica uma “inadequada concepção ontológica” (Silva; Damiani, 2005, p. 21).

Essa subordinação a um modelo biomédico pode levar à coisificação e instrumentalização do corpo para atingir outros fins, alterando a condição de sujeito para

a de objeto no processo de educação e saúde. Além disso, emerge um “novo higienismo”, que estaria funcionando “muito mais, ao nível da informação do que na alteração efetiva da forma ou estilo de vida”, tornando a subjetividade cada vez mais suscetível à medicalização social (Silva; Damiani, 2005, p. 22).

A Educação Física e as Ciências do Esporte, por vezes, apontam procedimentos e resultados generalizantes, servindo como modelo para legitimar práticas corporais, especialmente as esportivas (Silva; Damiani, 2005). Essa abordagem reduz a linguagem corporal ao "saber fazer", sem problematizar suas inter-relações que estabelece com os aspectos culturais e naturais, com as subjetividades em questão, resultando num “tipo específico e limitado de formação humana” (Silva; Damiani, 2005).

A predominância de uma concepção de corpo e movimento baseada em estudos biológicos e linguagens matemáticas, com sua base quantitativa, leva à generalização e à desconsideração do subjetivo, do cultural e do histórico, caminhando para uma “mundialização que se sobrepõe às diversidades culturais, sob os auspícios da ciência” (Silva; Damiani, 2005, p. 22). As práticas corporais, para uma compreensão mais completa, devem ser abordadas pelas ciências humanas e sociais, pela arte, filosofia e saberes populares, além das ciências biológicas, que são constituintes fundamentais do humano (Silva; Damiani, 2005).

Em consonância com essa visão, Castellani (1998 p. 23, 36) defende que a Educação Física deve ser percebida como uma 'disciplina pedagógica responsável pelo tratamento dos temas (Esporte, Dança, Ginástica, jogos...) da cultura corporal – uma dimensão da cultura do homem e da mulher brasileiros. Para ele, é crucial redimensionarmos o espectro do conhecimento a ser (re)conhecido pelos profissionais da área, de modo a garantir que a Cultura Corporal do brasileiro seja apreendida como dimensão significativa da sua realidade social complexa'.

A universalização do acesso às práticas corporais deve pautar-se no princípio da gratuidade, garantido por políticas públicas que reconheçam o esporte e as práticas corporais como um direito constitucional (Silva; Damiani, 2005). Mais do que isso, tais práticas representam uma possibilidade fundamental para a educação, o lazer e a manutenção da saúde e, principalmente, para o desenvolvimento da condição de humanidade, dado que “o gênero humano, mais do que a espécie humana, permanece constituindo-se a partir de um conjunto de experiências que se constroem no corpo, a partir do corpo e por meio do corpo” (Silva; Damiani, 2005, p. 24).

A Bahia, como um Estado diverso, plural e complexo, com desafios econômicos, sociais e culturais importantes, carece de políticas públicas que atendam às demandas de sua população e que foquem nas possibilidades de desenvolvimento sociocultural e econômico (Santana, 2024). Nesse cenário, a política territorial, por meio de seus instrumentos como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), busca promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, estimulando a participação e a articulação social para a construção de políticas públicas mais efetivas e alinhadas às necessidades locais (Santana, 2024).

No entanto, a efetivação dessas políticas enfrenta barreiras como a concentração de recursos em certas áreas, a ausência de infraestrutura adequada e a persistência de um modelo de gestão que, por vezes, se distancia das demandas populares. Observa-se que a acessibilidade aos espaços e equipamentos de lazer frequentemente beneficia as áreas centrais das cidades, em detrimento das regiões periféricas, onde reside a maior parte da população, comprometendo o acesso a essas áreas (Rocha; Nunes, 2013, p. 1).

Essa realidade é agravada pela carência na oferta de esporte e lazer como direitos sociais em muitas cidades brasileiras, com espaços precários e má conservação, refletindo uma política pública insuficiente e descomprometida com o interesse público (Falcão; Saraiva, 2007; Rocha; Nunes, 2013). A produção acadêmica na área da Educação Física também tem se debruçado sobre essas lacunas, apontando a necessidade de mais estudos que abordem a efetividade e os impactos das políticas de esporte e lazer em diferentes contextos locais (Amaral; Pereira, 2009).

A análise das políticas públicas de lazer e práticas corporais no Território do Sertão Produtivo, portanto, não pode desconsiderar o histórico de desinvestimento e a centralização de recursos em detrimento das regiões do interior do estado. A dificuldade em assegurar a continuidade das políticas públicas entre diferentes gestões municipais e estaduais é um desafio recorrente, que impede a consolidação de programas de longo prazo. A ausência de conselhos municipais de esporte e lazer atuantes e a falta de profissionais qualificados na gestão local são exemplos de gargalos que afetam diretamente a capacidade dos municípios de planejar e executar ações efetivas (Rocha, 2012, p. 85).

Considerando a “cultura da performance” que se manifesta por meio do esporte de alto rendimento e sua disseminação em todas as esferas da vida (Soares, 2005, p. 45), as políticas públicas de lazer devem buscar ir além da mera prescrição de atividades

físicas, buscando re-significá-las para que promovam o bem-estar, a autoestima, a sociabilidade e a ludicidade, elementos essenciais da experiência humana voltados à emancipação social.

É imperativo que as políticas públicas e os programas sociais considerem o enraizamento cultural dessas práticas, promovendo vivências e experiências densas e significativas que permitam o reconhecimento do semelhante e do diferente, e a construção do sentimento de alteridade.

Assim, a relevância da análise dos TCCs do curso de Educação Física da UNEB/Campus XII reside precisamente na possibilidade de mapear como a produção acadêmica local tem abordado e, por vezes, denunciado essas iniquidades e desafios, contribuindo para a construção de um diagnóstico mais aprofundado e para a identificação de lacunas no conhecimento que possam orientar futuras intervenções e pesquisas no território.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

**Quadro 1.** Corpus da Pesquisa - TCCs Analisados (2004-2020).

<b>ID</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO</b>	<b>TÍTULO RESUMIDO</b>	<b>FOCO PRINCIPAL</b>	<b>MUNICÍPIO(S)</b>
TCC 1	Aline Prado Marques Vieira et al.	2004	Políticas públicas de atividade física [...] inclusão do Idoso	Atividade Física / Saúde	Guanambi
TCC 2	Hegle de Assis Pereira et al.	2007	Caminhada: uma prática de atividade física não orientada	Atividade Física / Lazer	Guanambi
TCC 3	Jacó Wesley Louzada Fernandes	2008	Políticas públicas de esporte no município de Igaporã	Esporte / Gestão Municipal	Igaporã
TCC 4	Leonardo de Oliveira Souza	2010	Políticas públicas de esporte e lazer como inclusão social	Esporte / Lazer / Inclusão Social	Guanambi
TCC 5	Biane Rodrigues Paes & Eva Kelli...	2012	Políticas públicas de esporte e lazer [...] zona rural de Pindaí	Esporte / Lazer / Zona Rural	Pindaí

TCC 6	Ket Marrone C. da Silva & Zilnaene H. Bastos	2013	Lazer e autoestima: [...] população idosa de Palmas de Monte Alto	Lazer / Saúde (Autoestima)	Palmas de Monte Alto
TCC 7	Maiara de Aguiar Nogueira & Pedro Henrique...	2014	As políticas públicas do esporte e lazer [...] Guanambi e Brumado	Esporte / Lazer / Atuação Profissional	Guanambi / Brumado
TCC 8	Adimara Fogaça Pereira Fernandes	2014	Políticas públicas de lazer [...] realidade dos jovens matinsenses	Lazer / Juventude	Matina
TCC 9	Elda Aparecida Couto Pimentel	2020	Política pública para o lazer [...] PELC-BA em Caetité-BA e Guanambi-BA	Lazer / Gestão de Programa (PELC)	Caetité / Guanambi
TCC 10	Jutânia Teixeira dos Santos	2020	"Sacando" o voleibol na política de esporte e lazer [...] PELC-BA	Esporte / Lazer (PELC)	Caetité / Guanambi
TCC 11	Keila Souza Pereira Oliveira	2020	A apropriação do lazer pelas mulheres [...] PELC em	Lazer / Gênero (PELC)	Guanambi

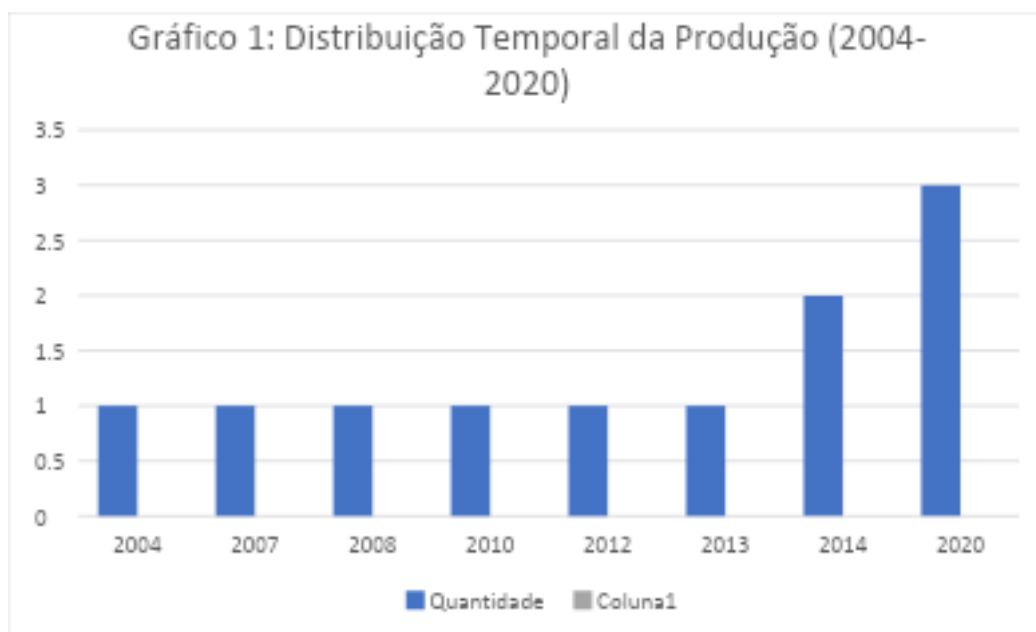
			Guanambi - BA		
--	--	--	------------------	--	--

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

#### 4.1. 1 Caracterização da Produção Acadêmica

A análise do *corpus* selecionado, composto por 11 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB/Campus XII que abordaram diretamente políticas públicas de esporte, lazer ou atividades físicas entre os anos de 2004 e 2021, permite traçar um perfil detalhado desta produção acadêmica. Esta caracterização revela tendências temporais, preferências metodológicas, focos temáticos e geográficos, bem como os públicos prioritários investigados pelos discentes.

**Figura 2.** Distribuição Temporal da Produção (2004-2020).



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Observa-se que a produção discente sobre políticas públicas na área não foi linear ao longo do período analisado (2004-2020). Os trabalhos concentraram-se em momentos específicos: um TCC em 2004, um em 2007 e um em 2008 marcaram o início das discussões. Seguiu-se uma produção anual entre 2010 e 2014, com um trabalho em 2010, um em 2012, um em 2013 e dois em 2014. Notavelmente, identificou-se uma ausência de TCCs que atendessem aos critérios da pesquisa entre os anos de 2015 e 2019. O ano de

2020 representou um novo pico de interesse na temática, com três trabalhos dedicados a analisar diferentes facetas do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), implementado na região nos anos anteriores.

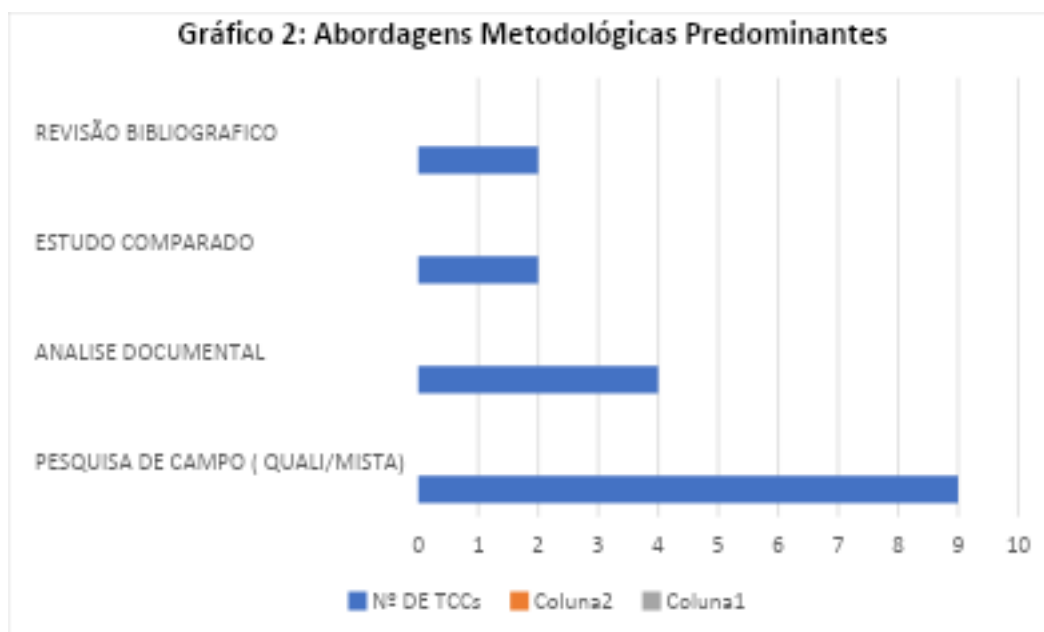
Esta distribuição sugere que o interesse dos estudantes pela análise de políticas públicas pode ter sido influenciado por fatores contextuais, como a implementação de programas específicos (PELC) ou por linhas de pesquisa incentivadas no curso em determinados períodos. A análise da produção de conhecimento, como apontado por Bracht *et al.* (2011) no feedback recebido, pode indicar a maturidade e as direções de um campo acadêmico.

#### 4.1.2 Abordagens Metodológicas

Metodologicamente, a produção caracteriza-se pela predominância de pesquisas de campo com abordagens qualitativas ou mistas, presentes em nove dos onze estudos. A coleta de dados frequentemente envolveu entrevistas semiestruturadas ou questionários aplicados a diferentes atores sociais.

A análise documental, como útil na análise de produções acadêmicas institucionais, também foi uma ferramenta recorrente, utilizada em pelo menos quatro trabalhos, focando em leis municipais, projetos específicos ou diretrizes de programas.

**Figura 3.** Abordagens Metodológicas Predominantes.

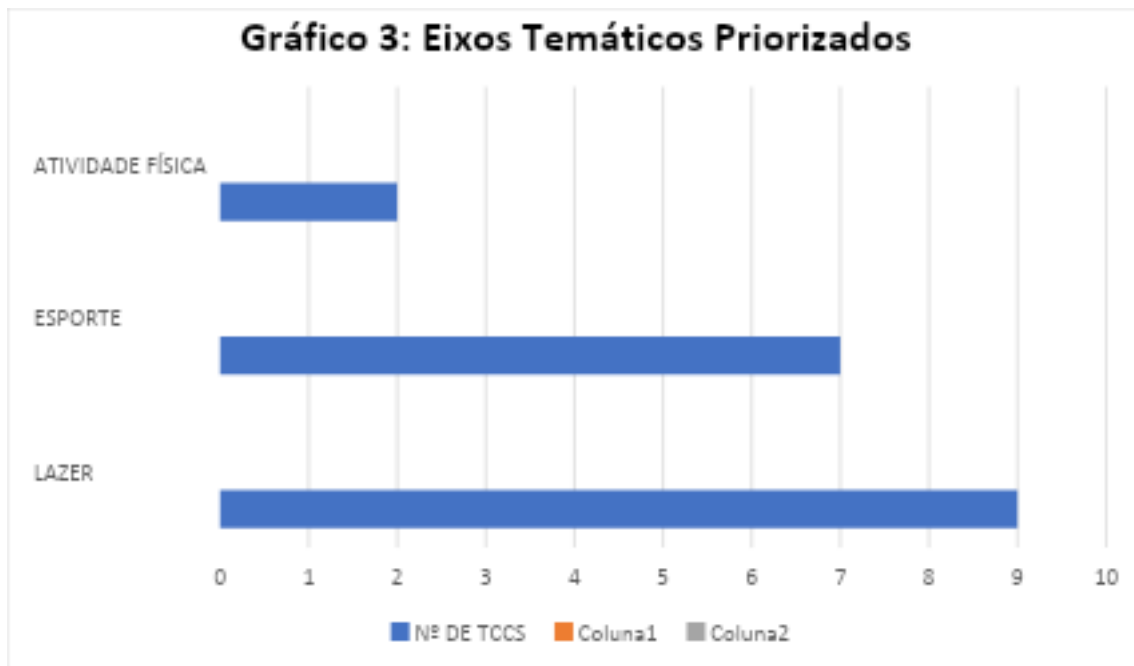


Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Em menor medida, identificaram-se estudos comparados e abordagens que se aproximam do estudo de caso municipal. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), foi referenciada nos trabalhos mais recentes como técnica para o tratamento dos dados qualitativos.

#### 4.1.3. Temáticas Centrais e Públicos-Alvo

**Figura 4.** Eixos Temáticos Priorizados.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

No que tange às temáticas, os TCCs analisados gravitaram principalmente em torno do Lazer (eixo central em 8 trabalhos) e do Esporte (eixo central em 7 trabalhos), frequentemente tratados de forma interligada. Os primeiros estudos deram destaque à Atividade Física, associando-a à saúde, um campo onde o esporte e o lazer são frequentemente vistos como menos urgentes em comparação a outros setores. Embora o termo “Práticas Corporais” seja conceitualmente mais abrangente, englobando construções culturais e linguagens corporais distintas da mera “atividade física”, nenhum dos TCCs selecionados teve como foco principal a análise de políticas públicas especificamente voltadas para elas.

**Figura 5.** Públicos-Alvo Investigados.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A produção investigou diferentes segmentos populacionais: Idosos, Jovens/Adolescentes, a população em geral, Mulheres e a população da Zona Rural, além de gestores e agentes sociais.

#### 4.1.4. Nível da Política Analisada

De forma marcante, a produção acadêmica analisada concentrou seu olhar no nível Municipal. Dez dos onze TCCs investigaram políticas, programas, espaços ou a gestão em municípios específicos do Território de Identidade do Sertão Produtivo e adjacências (Guanambi, Igaporã, Pindaí, Palmas de Monte Alto, Brumado, Matina, Caetité).

Este foco local é relevante, pois, como discutido no referencial teórico, a efetivação dos direitos ao esporte e lazer enfrenta desafios particulares em regiões do interior, sendo influenciada pela descontinuidade administrativa e escassez de investimentos locais. Mesmo os trabalhos dedicados ao PELC, um programa com origens nas esferas Federal e Estadual, focaram sua análise na implementação municipal. As políticas de nível Estadual ou Federal foram mencionadas primordialmente como contexto ou fonte dos programas, refletindo talvez a descentralização administrativa adotada no Brasil a partir da Constituição de 1988.

**Figura 6.** Nível da Política Analisada.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Em síntese, a produção discente analisada revela um esforço investigativo voltado para a realidade local e regional, utilizando predominantemente métodos qualitativos para auscultar as percepções de diversos atores sociais sobre as políticas públicas (ou sua ausência) de Lazer e Esporte. Essas políticas, compreendidas como ações do Estado e parte das políticas sociais, foram analisadas em diferentes contextos municipais, com uma produção temporalmente descontínua, mas responsiva a momentos específicos, revelando tanto potencialidades quanto lacunas das ações governamentais na região.

#### **4.2. Eixos Temáticos e Focos de Pesquisa**

A análise dos 11 TCCs selecionados revela uma diversidade de focos temáticos dentro do universo das políticas públicas de esporte e lazer na região. Embora os eixos do Lazer e do Esporte predominem, frequentemente entrelaçados, a abordagem desses temas variou ao longo do tempo e de acordo com os públicos e contextos investigados.

#### **Primeiros Enfoques: Atividade Física, Saúde e Lazer para Idosos**

Os trabalhos iniciais do *corpus* (2004-2008) demonstraram uma preocupação significativa com a Atividade Física e sua relação com a saúde, especialmente voltada para a população idosa. O TCC de 2004 investigou as políticas públicas de atividade física para idosos em Guanambi, propondo a inclusão desse grupo e analisando programas como os PSFs, o Centro de Convivência do Idoso (C.C.I.) e o Centro Social Urbano (C.S.U.).

Nessa mesma linha, o trabalho de 2007 focou na prática da caminhada não orientada em Guanambi, alertando para os riscos da falta de acompanhamento profissional e de infraestrutura adequada, temas que tangenciam a necessidade de políticas públicas de suporte.

O TCC de 2013, realizado em Palmas de Monte Alto, também retomou o público idoso, explorando a relação entre Lazer e Autoestima e constatando a ausência de políticas municipais que incentivassem essa prática, levando os idosos a buscarem alternativas, como as atividades religiosas. Estes primeiros trabalhos alinham-se à concepção do esporte e lazer como direitos sociais, essenciais para a qualidade de vida, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988.

### **Políticas Municipais de Esporte e Lazer: Gestão, Espaços e Inclusão**

Outro conjunto significativo de trabalhos voltou seu olhar para a gestão municipal do esporte e do lazer e a adequação dos espaços públicos. O TCC de 2008 analisou as políticas públicas de esporte em Igaporã (gestão 2005-2008), concluindo pela inexistência de políticas efetivas e pela subutilização dos espaços existentes, com ações restritas ao futebol e dependentes da iniciativa privada ou de grupos populares. De forma semelhante, o TCC de 2014, focado no lazer para jovens em Matina, criticou a má conservação das quadras poliesportivas (principal opção de lazer apontada) e a falta de interesse da gestão pública, além da ausência de opções de lazer artístico-cultural.

A questão da inclusão social através do esporte e lazer foi o tema central do TCC de 2010, que analisou a situação em Guanambi. Este trabalho criticou a falta de planejamento, a realização de ações apenas pontuais e a pouca clareza do gestor sobre o conceito de inclusão, além de apontar a privatização de espaços públicos.

A análise comparativa entre Guanambi e Brumado realizada em 2014 também reforçou a percepção de políticas públicas insuficientes, focadas excessivamente na competição e falhas na inclusão, além de apontar a precarização do trabalho do profissional de Educação Física na área. A temática da zona rural foi abordada especificamente no TCC de 2012, em Pindaí, denunciando a negligência do poder público com essa população, a falta de acesso e a necessidade de políticas contextualizadas que respeitem a cultura local, indo além do foco exclusivo no futebol masculino. Essas análises municipais dialogam com as dificuldades apontadas por Rocha (2012) e Santana (2024) sobre a descontinuidade administrativa e a falta de planejamento estratégico em contextos regionais.

### **O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) como Foco Recente**

O ano de 2020 concentrou as atenções no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), implementado em Guanambi e Caetité nos anos anteriores. Três TCCs analisaram este programa sob diferentes prismas. O TCC 09, a partir do resumo disponível, focou na organização, gestão e formação de agentes do PELC-BA em Caetité e Guanambi, apontando boa estruturação, mas também problemas na formação e, crucialmente, práticas clientelistas e falta de qualificação na gestão.

O TCC 10 investigou a percepção dos participantes da oficina de voleibol do PELC-BA nos dois municípios, destacando a importância do programa para o lazer, socialização e bem-estar dos usuários (majoritariamente pardos e de baixa renda), mas também a insatisfação com a infraestrutura, materiais e a descontinuidade do programa.

Por fim, o TCC 11 analisou a apropriação do lazer pelas mulheres participantes do PELC em Guanambi, ressaltando a enorme relevância do programa para a autonomia e empoderamento feminino, mas evidenciando as barreiras impostas pela dupla/tripla jornada de trabalho e a necessidade de políticas que considerem as especificidades de gênero.

O foco no PELC demonstra como programas específicos podem catalisar a produção de conhecimento local sobre políticas públicas. Em suma, os eixos temáticos investigados pelos TCCs abrangeram desde a relação entre atividade física e saúde para idosos, passando pela análise crítica da gestão municipal e dos espaços públicos de esporte e lazer, até investigações aprofundadas sobre programas específicos como o PELC, com recortes importantes sobre jovens, mulheres e a população rural.

### **4.3 Impactos e Desenvolvimento Social: A Realidade das Políticas Públicas na Ótica dos TCCs.**

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados revela uma percepção predominantemente crítica sobre os impactos das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios estudados. Embora alguns efeitos positivos tenham sido identificados, especialmente em programas específicos, a tônica geral das produções discentes aponta para a insuficiência, descontinuidade ou mesmo ausência de ações governamentais capazes de promover significativamente o desenvolvimento social e cultural e garantir o acesso a esses direitos sociais na região.

#### **4.3.1 Impactos Positivos Pontuais e o Papel do PELC**

Os impactos positivos mais evidentes foram associados à implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em Guanambi e Caetité, conforme analisado nos TCCs de 2020. Os trabalhos que ouviram os participantes destacaram a enorme relevância do programa para a vida dos usuários, especialmente mulheres e populações de baixa renda.

O PELC foi descrito como um importante incentivo à prática de atividade física e lazer, sendo para muitos a única oportunidade acessível. Seus impactos positivos incluíram melhorias na saúde física e mental (inclusive com relatos de diminuição no uso de medicamentos), alívio do estresse e da ansiedade, elevação da autoestima, promoção da socialização com a criação de novas amizades e fortalecimento de vínculos comunitários, e contribuição para a autonomia e empoderamento feminino. Nesse sentido, o PELC parece ter se aproximado da concepção de lazer como ferramenta para a construção da cidadania e reorganização social.

Fora do PELC, outros TCCs também identificaram impactos sociais positivos, ainda que limitados. O trabalho sobre idosos em Guanambi (2004) mencionou que programas como o do Centro de Convivência do Idoso (C.C.I.) promoviam bem-estar, interação e socialização, contribuindo para a inclusão desse grupo. A análise do esporte escolar em Guanambi (2020) também revelou esforços de alguns professores em trabalhar valores como respeito, cooperação e inclusão, buscando “escolarizar o esporte” para além da competição.

#### 4.3.2 Predominância de Impactos Negativos e Críticas à Ausência de Políticas

Apesar desses pontos positivos, a maior parte da produção discente concentrou-se em criticar a ineficácia, a ausência ou os impactos negativos das políticas (ou da falta delas). Uma crítica recorrente foi a inexistência de políticas públicas planejadas, contínuas e efetivas em diversos municípios, como Igaporã, Palmas de Monte Alto, Matina e Pindaí (na zona rural). Essa ausência resulta na subutilização de espaços públicos, na restrição das práticas a iniciativas individuais ou de grupos populares, muitas vezes sem orientação adequada, e na negação do direito ao lazer e ao esporte para grande parte da população.

Mesmo onde existiam ações, os TCCs apontaram impactos sociais limitados ou problemáticos. A ênfase excessiva no futebol masculino e na competição, em detrimento da diversidade de práticas e da inclusão, foi criticada em Igaporã, Pindaí e nos projetos analisados em Guanambi. A “Escolinha de Futebol” de Igaporã foi descrita como excludente e seletiva. Projetos em Guanambi foram vistos como focados na massificação e seleção de atletas, falhando em promover inclusão ou valores como cooperação.

Essa abordagem parece refletir a crítica de Bracht e Almeida (2003) sobre a submissão da Educação Física à lógica do esporte de rendimento. A falta de acesso foi outro impacto negativo frequentemente destacado. Seja pela localização inadequada de espaços (distantes, centrais demais), pela falta de transporte para a zona rural, pela infraestrutura precária que limita o uso ou pela privatização de espaços públicos, muitos TCCs evidenciaram que as políticas existentes não garantiam a democratização do acesso, contrariando o princípio constitucional.

A dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres também foi identificada como uma barreira estrutural significativa para o acesso ao lazer, evidenciando como a falta de políticas públicas sensíveis ao gênero perpetua desigualdades.

A descontinuidade das ações, com projetos pontuais frequentemente ligados a eventos ou períodos eleitorais, também foi criticada como um fator que impede a consolidação de impactos sociais duradouros, refletindo a dificuldade em assegurar a continuidade das políticas entre diferentes gestões, conforme apontado por Rocha (2012). A produção discente analisada pinta um quadro onde os impactos positivos das políticas públicas de esporte e lazer são pontuais e frequentemente ligados a programas específicos

como o PELC, enquanto prevalecem as críticas à ausência, insuficiência, descontinuidade e falta de foco na inclusão e no desenvolvimento social e cultural por parte das ações governamentais nos municípios estudados.

#### **4.4 Lacunas e Desafios apontados pela Produção Discente**

A análise aprofundada dos Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados revela que, para além da descrição de programas ou práticas, a produção discente cumpriu um papel fundamental de diagnóstico crítico, apontando um conjunto recorrente de lacunas e desafios que impedem a plena efetivação do esporte e lazer como direitos sociais na região. Essas barreiras, identificadas de forma consistente ao longo de quase duas décadas de pesquisa (2004-2021), indicam problemas estruturais profundos.

A crítica mais central e unânime nos TCCs é a lacuna de planejamento e continuidade. Os trabalhos denunciam que, na prática, não existem políticas públicas de esporte e lazer planejadas e sistemáticas. O que se observa são ações pontuais ou eventos isolados, frequentemente atrelados a datas comemorativas ou períodos eleitorais, como apontado no estudo sobre a zona rural de Pindaí.

Esta constatação dialoga diretamente com as dificuldades apontadas por Rocha (2012) e Santana (2024) sobre a descontinuidade administrativa ser um desafio crônico no interior do estado, impedindo a consolidação de programas de longo prazo. A crítica à descontinuidade foi veementemente expressa nos trabalhos sobre o PELC, onde o término do programa federal, sem a devida "municipalização", representou o fim abrupto da única oportunidade de lazer para muitos participantes.

Como consequência direta dessa falta de planejamento, emerge a lacuna de infraestrutura e materiais. Quase todos os TCCs que realizaram pesquisa de campo relataram a precariedade dos espaços: desde a falta de iluminação e segurança para caminhadas até quadras poliesportivas com pisos rachados, falta de equipamentos básicos (redes, tabelas) e iluminação inadequada. Tais achados refletem a realidade descrita por Falcão e Saraiva (2007) e Rocha e Nunes (2013), onde os espaços de lazer, quando existem, são precários e muitas vezes negligenciam a periferia, dificultando a universalização do acesso.

No âmbito pedagógico e cultural, os TCCs apontaram uma lacuna de foco e diversidade. A produção discente criticou a hegemonia do esporte de rendimento e a

supervalorização do futebol masculino, em detrimento de uma concepção mais ampla de lazer e práticas corporais. Esta visão reducionista do esporte, que prioriza a competição e a seleção de talentos, alinha-se à crítica de Bracht e Almeida (2003) sobre a submissão das práticas corporais à lógica da performance, ignorando as potencialidades educativas e sociais. A ausência de opções de lazer artístico-cultural também foi explicitamente mencionada.

As causas para essas lacunas são atribuídas, nos TCCs, a falhas de gestão e de recursos. A produção discente apontou a nomeação de gestores sem formação específica, baseada em questões políticas partidárias, e uma falta de compreensão dos gestores sobre os conceitos de lazer e inclusão social.

O resumo do TCC 09 chegou a mencionar "prática clientelista" na gestão do PELC. Isso se soma à lacuna de recursos, com TCCs identificando que as secretarias de esporte e lazer operam frequentemente sem orçamento próprio, estando subordinadas a outras pastas ou com verbas insuficientes. Essa falta de prioridade política e de investimento reflete a dificuldade histórica em consolidar o esporte e o lazer como direitos sociais efetivos, e não apenas como supérfluos.

Finalmente, todas essas lacunas culminam na barreira do acesso e da democratização. Os TCCs evidenciaram que o direito ao lazer não é usufruído de forma equitativa, apontando a exclusão de grandes parcelas da população, como a zona rural, mulheres (através da dupla jornada e falta de apoio), e usuários de espaços privatizados ou precarizados.

**Quadro 2.** Síntese das Principais Lacunas e Desafios Identificados nos TCCs.

<b>Lacuna / Desafio Identificado</b>	<b>TCCs que apontaram</b>
1. Lacuna de Planejamento e Continuidade (Ações Pontuais)	TCC 03, TCC 04, TCC 05, TCC 06, TCC 08, TCC 10, TCC 11
2. Lacuna de Infraestrutura e Materiais (Precariedade)	TCC 02, TCC 05, TCC 08, TCC 10, TCC 11
3. Lacuna de Foco (Excesso de Competição / Futebol)	TCC 03, TCC 05, TCC 07, TCC 08, TCC 10
4. Lacunas de Gestão (Falta de Qualificação, Clientelismo, etc.)	TCC 03, TCC 04, TCC 07, TCC 09, TCC 11

5. Lacuna de Recursos (Financeiros e Humanos)	TCC 04, TCC 05, TCC 07, TCC 08, TCC 11
6. Lacunas de Acesso e Democratização (Rural, Gênero, etc.)	TCC 02, TCC 04, TCC 05, TCC 08, TCC 11

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral analisar como os TCCs do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB/Campus XII abordam as políticas públicas de Esporte, lazer e as práticas corporais, identificando as principais temáticas, contribuições acadêmicas e possíveis lacunas no conhecimento produzido. Para alcançar este fim, foi realizada uma revisão sistemática da produção discente, culminando na análise de conteúdo de 11 (onze) trabalhos produzidos entre 2004 a 2020 que atendiam aos critérios da pesquisa.

Verificou-se que a produção sobre o tema é descontínua, com picos de interesse específicos, notadamente em 2014 e 2020, este último impulsionado pela implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) na região.

Metodologicamente, a produção discente caracteriza-se pelo uso predominante de pesquisas de campo qualitativas ou mistas, utilizando entrevistas e questionários como ferramentas centrais para auscultar os diversos atores sociais (usuários, gestores e agentes). A análise documental também se mostrou relevante, sendo utilizada para examinar projetos e as legislações municipais. Tematicamente, os focos principais recaem sobre o Lazer e o Esporte, muitas vezes tratados conjuntamente, com uma atenção inicial à Atividade Física ligada à saúde, especialmente da população idosa. A produção também demonstrou um forte viés geográfico, concentrando-se de forma quase unânime na esfera municipal, analisando as políticas, ou a ausência delas, em Guanambi, Caetité, Igaporã, Pindaí, Palmas de Monte Alto, Brumado e Matina.

A análise permite concluir que os TCCs do curso abordam as políticas públicas de forma predominantemente crítica, funcionando como um importante instrumento de diagnóstico e denúncia da realidade local e regional. Longe de encontrarem um cenário ideal, os trabalhos discentes revelaram uma realidade marcada pela escassez, descontinuidade e precarização das ações públicas de esporte e lazer. A produção acadêmica analisada, em seu conjunto, aponta para uma omissão histórica do poder público municipal em tratar o esporte e o lazer como direitos sociais e em implementar políticas efetivas, planejadas e contínuas.

A principal contribuição dos TCCs foi a identificação de um conjunto de lacunas estruturais que se repetem nos municípios investigados, revelando um cenário de precarização e omissão do poder público. Entre as principais lacunas apontadas destacam-se: a falta de planejamento e continuidade, com ações que se resumem a eventos pontuais;

a precariedade crônica da infraestrutura e dos materiais; um foco pedagógico limitado, com excesso de ênfase no esporte de competição e no futebol; falhas graves de gestão, como a falta de qualificação técnica e o clientelismo; a escassez de recursos financeiros e humanos; e, por fim, barreiras significativas de acesso e democratização que excluem grupos como a população rural e as mulheres.

Em contrapartida, os TCCs também identificaram a forte demanda social por essas práticas. Os trabalhos que analisaram o PELC, por exemplo, capturaram o enorme impacto positivo que programas estruturados, mesmo que temporários, tiveram na vida dos participantes, promovendo saúde, socialização, bem-estar psicossocial e empoderamento.

Assim, os TCCs também cumprem o papel de validar a importância do investimento nessas políticas, ao mesmo tempo em que lamentam sua descontinuidade. Este estudo, contudo, apresenta limitações. A análise se restringiu aos 11 TCCs que puderam ser localizados e que se enquadravam nos critérios, sendo que alguns trabalhos listados nos arquivos da universidade não tiveram seus arquivos completos encontrados, o que pode ter omitido outras perspectivas. A análise também se baseia no que foi relatado pelos TCCs, e não em uma verificação de campo da realidade atual das políticas.

Por fim, este mapeamento da produção discente aponta para a necessidade de futuras pesquisas. Sugere-se a continuidade deste estudo, investigando a produção acadêmica pós-2021 para verificar se o cenário de precarização e descontinuidade (especialmente após o fim do PELC) se alterou.

Recomenda-se, ainda, pesquisas de campo que busquem verificar se as lacunas de infraestrutura e gestão apontadas de forma recorrente nos TCCs ao longo dos anos ainda persistem, bem como estudos que analisem o impacto das novas diretrizes curriculares (como a Reforma do Ensino Médio) nas políticas de esporte escolar no território.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 27–40, 2014. DOI: 10.5007/2175-8042.2014v26n42p27. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p27> . Acesso em: 2 jul. 2025.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone *et al.* Análise e avaliação de políticas estaduais de esporte: uma proposta metodológica. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 30, n. 01, p. 2022.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; REIS, Nadson Santana. O ESPORTE COMO DIREITO DE CIDADANIA. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/34049>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Quintão de. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio de 2003.

BRACHT, Valter; FARIA, Bruno de Almeida; MORAES, Cláudia Emília Aguiar; ALMEIDA, Felipe Quintão de; GHIDETTI, Filipe Ferreira; GOMES, Ivan Marcelo; ROCHA, Maria Celeste; MACHADO, Thiago da Silva; ALMEIDA, Ueberson Ribeiro. A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO TEMA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS DA ÁREA NO BRASIL (1980-2010): PARTE I. **Movimento**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 11–34, 2011. DOI: 10.22456/1982-8918.19280. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/19280>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira; SARAIVA, Maria do Carmo. **Esporte e lazer na cidade práticas corporais re-significadas**. Florianópolis : Lagoa Editora, 2007.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021.

MANOEL, Edison de Jesus; CARVALHO, Yara Maria de. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 02, p. 389-405, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. in: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008. cap.4. p. 87-106.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINTOS, Ana Elenara et al. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 3, n. 1, p. 38-52, jan./abr. 2017.

ROCHA, Luiz Carlos. **Políticas públicas de esporte e lazer na Bahia: um estudo analítico do Território Litoral Norte e Agreste Baiano**. 2012. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ROCHA, Luiz Carlos; NUNES, Ayala Oliveira. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BAHIA: UM OLHAR SOBRE OS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2013.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian journal of physical therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTANA, Jaylma Rocha Ribeiro; REIS, Nadson; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos; ATHAYDE, Pedro. O esporte no Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia: um estudo da agenda das políticas públicas municipais. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 36, n. 67, p. 1–24, 2024. DOI: 10.5007/2175-8042.2024.e98946. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/98946>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTANA, Jaylma Rocha Ribeiro. **O esporte no território de identidade sertão produtivo: um estudo da agenda das Políticas Públicas Municipais**. 2024. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024. [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/50991/1/JaylmaRochaRibeiroSantana\\_DISSE RT.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/50991/1/JaylmaRochaRibeiroSantana_DISSE RT.pdf)

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, n. 56, p. 119-149, 2018.

SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina. As práticas corporais na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. **Práticas corporais: gênese de um movimento investigativo em educação física**, v. 1, p. 17-27, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. Práticas corporais: invenção de pedagogias? In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (Org.). **Práticas Corporais: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física**. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, 2005. p. 43-61.

SOUZA, Celma. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Departamento de Educação - DEDC. Colegiado do Curso de Educação Física. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física - Campus XII - Guanambi**. Guanambi, 2020.